

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 7 – Número 0392 – 27/01 à 31/01/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[MTE e CBIC estudam ações para a criação de mão de obra na construção civil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/01/2025

Na manhã desta quarta-feira (29), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, recebeu o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato de Souza Correia, em Brasília (DF). Durante o encontro, discutiram a capacitação de mão de obra e as perspectivas para o manejo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nos próximos anos. Também participaram da audiência o secretário-executivo do MTE, Francisco Macena, o secretário de Proteção ao Trabalhador, Carlos Augusto Gonçalves, e o vice-presidente de Habitação de Interesse Social da CBIC, Clausens Duarte.

O setor enfrenta falta de mão de obra qualificada e o aumento da idade média dos trabalhadores, que atualmente é de 42 anos. Um dos principais desafios identificados é a necessidade de capacitar novos profissionais para atender à demanda crescente da construção civil. Para isso, programas de treinamento em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (Senai) estão sendo estruturados com o objetivo de qualificar trabalhadores e suprir a carência de profissionais especializados.

O ministro Luiz Marinho frisou a importância da capacitação profissional. “Precisamos investir na qualificação dos trabalhadores para que a construção civil continue crescendo com qualidade e segurança. A parceria com instituições de ensino e treinamento é essencial para isso.”

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Tribunal lança guia de boas práticas de proteção de dados pessoais](#)

Supremo Tribunal Federal - 28/01/2025

O Supremo Tribunal Federal (STF) lança nesta terça (28) o “Guia Boas Práticas de Proteção de Dados Pessoais no STF”, elaborado pelo grupo de trabalho que apoia as atividades de adequação do Tribunal à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP).

[Penhora de imóvel de casal deve se limitar à parte do marido](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/01/2025

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a penhora do imóvel de um casal para pagar dívidas trabalhistas do marido deve recair apenas sobre a parte dele, devedor na ação. Embora o bem inteiro vá a leilão, a esposa, uma socióloga, terá preferência na arrematação ou o direito ao valor equivalente à sua parte do imóvel.

[Sequelas neurológicas de acidente afastam justa causa por burla de catraca](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/01/2025

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Vibra Energia S.A. contra a anulação da dispensa por justa causa de um operador de abastecimento de aeronave de Brasília (DF) que burlou a catraca do local de trabalho. A conclusão das instâncias anteriores foi a de que ele tinha sequelas neurológicas de um acidente de trabalho que comprometeram suas funções mentais.

[Negativa de rescisão indireta afasta indenização por estabilidade de gestante](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/01/2025

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou a indenização por estabilidade da gestante a uma estoquista da Saitama Veículos e Peças S.A. que não conseguiu o reconhecimento da rescisão indireta de seu contrato de trabalho. Segundo o colegiado, a iniciativa da ruptura do contrato partiu da empregada, e a empresa não cometeu nenhuma falta grave que tornasse insustentável a relação de emprego.

[Justiça do Trabalho reforça compromisso de enfrentar trabalho escravo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/01/2025

Este ano, o Brasil completa 30 anos de um marco histórico difícil: a oficialização, em 1995, da existência de trabalho em condições análogas à escravidão no país. Desde então, diversas instituições, entre elas a Justiça do Trabalho, têm se empenhado para erradicar essa grave violação de direitos humanos.

[TST atualiza calendário oficial de 2025](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/01/2025

O calendário do Tribunal Superior do Trabalho para 2025 foi atualizado para incluir os pontos facultativos, com base na Portaria 230/2024, do Supremo Tribunal Federal. O documento inclui ainda as datas das sessões de julgamento, feriados, recessos e outros eventos institucionais do Tribunal.

[“Decisão surpresa” que adotou fundamento não debatido no processo é anulada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/01/2025

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) anulou uma decisão colegiada do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS) por caracterizar “decisão surpresa”. O colegiado, sob a relatoria do ministro Cláudio Brandão, reforçou que o julgador não pode adotar fundamentos inéditos ou não debatidos no processo sem dar às partes a oportunidade de se manifestar, conforme previsto no artigo 10 do Código de Processo Civil e na Instrução Normativa 39/2016 do próprio TST.

Notícias do Executivo

[Indústria mostra recuperação e gera 306.889 postos de trabalho no ano](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/01/2025

Os dados do Novo Caged com os resultados acumulados de 2024 mostram a geração de 1.7 milhão de empregos no ano. O aumento foi verificado em todos os setores da economia, tendo a Indústria registrado no ano o terceiro maior saldo, com geração de 306.889 postos de trabalho, um crescimento de 3,56%. Comparando o acumulado do ano de 2024, janeiro a dezembro, com o mesmo período de 2023, quando foram gerados 125.002 postos, há acréscimo de 181.887 empregos formais em 2024, demonstrando que o setor vem vivendo um momento de recuperação.

[Novo Caged: Emprego formal teve crescimento de 16,5% em 2024](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 30/01/2025

O saldo de empregos em 2024 (janeiro a dezembro) teve um crescimento de 16,5% em relação ao saldo registrado de 2023, segundo os dados do emprego formal divulgados nesta quinta-feira (30) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Segundo o Novo Caged, que mede o emprego com carteira assinada no país, em 2024 foram gerados 1.693.673 postos de trabalho contra 1.454.124 no ano de 2023. O saldo em dezembro de 2024 apresentou uma redução de 535.547 de empregos, variação relativa de -1,12%.

[30 anos da política nacional de combate ao trabalho escravo](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 29/01/2025

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos (MDH) e da Cidadania (MC), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e com o apoio da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), realizou no último dia 28, rodas de conversa com representantes dos órgãos e da sociedade civil envolvidos na política nacional de combate ao trabalho escravo em celebração ao Dia Nacional do Auditor-Fiscal do Trabalho e o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Empresa de Chapecó \(SC\) é condenada por dispensa coletiva sem negociação sindical](#)

Ministério Público do Trabalho - 31/01/2025

A unidade da empresa Medabil Indústria em Sistemas Construtivos de Chapecó (SC) foi condenada em R\$ 150 mil por danos morais coletivos em razão de dispensa coletiva sem negociação sindical. A decisão da Justiça do Trabalho atende a pedido do Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina (MPT-SC) em ação civil pública. A empresa realizou, em 2023, demissão em massa de trabalhadores sem a devida negociação com o sindicato da categoria, o que contraria normas trabalhistas e decisão vinculante do STF.

[No Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, Alagoas empossa membros da COETRAE](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/01/2025

Em Alagoas, o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi marcado não só pela celebração dos 30 anos da Política Pública de Erradicação do Trabalho Escravo, mas também pela efetivação da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo, a COETRAE/AL. Membros titulares e suplentes do órgão colegiado assinaram, nesta terça-feira (28), o termo de posse da função representativa, que terá, entre as instituições atuantes, o Ministério Público do Trabalho (MPT).

[Em quatro anos, MPT firma 1.728 acordos para combater trabalho escravo e tráfico de pessoas](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/01/2025

Nos últimos quatro anos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) firmou 1.728 termos de ajuste de conduta (TAC) para combater o trabalho escravo e o tráfico de pessoas e garantir os direitos de trabalhadores resgatados. No mesmo período, a instituição ajuizou 360 ações civis públicas sobre o tema. Neste 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, o MPT reafirma o seu compromisso em promover o enfrentamento a esse crime e traz novos dados sobre o tema.

Outras Notícias

[TRT-2 restabelece cota para pessoas com deficiência em empresa de segurança](#)

Consultor Jurídico - 02/02/2025

A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) reformou sentença e determinou que a uma empresa de segurança e vigilância é obrigada a seguir o artigo 93 da Lei 8.213/91, que traz cotas progressivas de vagas para reabilitados(as) e pessoas com deficiência de acordo com o número total de empregados(as).

[Para TRT-4, dispensa de técnico de enfermagem portador de HIV é discriminatória](#)

Consultor Jurídico - 01/02/2025

A 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reformou sentença da 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul e considerou como discriminatória a demissão de um técnico de enfermagem portador do vírus HIV. O trabalhador, que foi dispensado 60 dias depois da empregadora tomar conhecimento de sua condição, deverá receber indenização por danos morais e pagamento em dobro dos salários referentes ao período entre o afastamento e a decisão judicial.

[Novo olhar sobre o adicional ao SAT por exposição ao ruído](#)

Consultor Jurídico - 01/02/2025

A discussão acerca do recolhimento da contribuição adicional ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT) destinado ao custeio da aposentadoria especial concedida a trabalhadores sujeitos ao agente nocivo ruído segue ganhando novos contornos e horizontes.

[Elevação dos processos trabalhistas sobre horas extras e intervalo](#)

Consultor Jurídico - 01/02/2025

O tema horas extras é amplo e envolve desde as discussões referentes à correta marcação da jornada de trabalho nos cartões de ponto até, por exemplo, a nulidade de acordos de compensação de jornada, banco de horas e o enquadramento ou não de empregados nas exceções previstas na CLT para a ausência de registro de jornada. Da mesma forma, a complexidade atinente ao intervalo intrajornada gira em torno, por exemplo, da discussão que existia sobre a aplicação da reforma trabalhista a contratos iniciados antes de sua vigência, a correta concessão e, até mesmo, a alteração do tempo que deveria ser concedido em razão de horas extras habituais.

[Empresa que acusou empregado de furto deve reverter justa causa](#)

Consultor Jurídico - 31/01/2025

A empresa que demite um empregado por justa causa, sob acusação de furto sem provar o ocorrido, deve reverter a ação e indenizá-lo. Com esse entendimento, o juiz do trabalho substituto Murilo Izycki, da Vara do Trabalho de Atibaia (SP), condenou uma empresa a pagar aviso prévio, 13º e férias proporcionais, além de FGTS com multa de 40% sobre o saldo. O magistrado também determinou o pagamento de R\$ 8 mil como indenização por danos morais.

[Empresa é condenada por proibir trabalhador trans de usar banheiro masculino](#)

Consultor Jurídico - 31/01/2025

Decisão proferida na 9ª Vara do Trabalho do Fórum da Zona Sul de São Paulo condenou empresa de transporte rodoviário de carga a pagar R\$ 30 mil de indenização por danos morais a trabalhador que foi vítima de transfobia. A juíza Roselene Aparecida Taveira entendeu que foram violados a dignidade e os direitos da personalidade do profissional.

[Doença degenerativa: nexo causal ou concausal com o trabalho](#)

Consultor Jurídico - 31/01/2025

Questão de grande interesse nas perícias médicas sobre doenças ocupacionais diz respeito ao nexo causal ou concausal, que é pressuposto da responsabilidade civil do empregador. No caso dos benefícios previdenciários acidentários, a Lei nº 8.213/91 trata do nexo causal, flexibilizando-o com vistas a permitir a efetivação do princípio da reparação integral em benefício das vítimas de doenças ocupacionais.

[Saúde mental no centro das relações de trabalho: a alteração na Norma Regulamentadora nº 1](#)

Consultor Jurídico - 30/01/2025

A partir de 28 de maio de 2025, a saúde mental dos trabalhadores passará a ser tratada com a mesma relevância de outros riscos ocupacionais. Nesta data, os aspectos psicossociais serão oficialmente incluídos no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme determinação da Portaria nº 1.449, publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em agosto de 2024, com importante alteração na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). A medida exige das empresas a atenção a fatores como assédio, burnout e estresse, ampliando a responsabilidade dos empregadores na proteção do ambiente de trabalho.

[TST julgará se controle de idas ao banheiro é dano moral presumido](#)

Consultor Jurídico - 28/01/2025

O Tribunal Superior do Trabalho deve julgar, em 2025, um recurso repetitivo que trata do controle de idas ao banheiro e sua influência no cálculo do Programa de Incentivo Variável (PIV). O tribunal vai avaliar se esse tipo de controle fere a dignidade do trabalhador, configurando dano moral presumido, que é quando não é necessária comprovação de sofrimento da vítima.

[Multa por demissão durante crise da Covid-19 não vale em caso de acordo](#)

Consultor Jurídico - 27/01/2025

A multa por demissão sem justa causa durante o período de garantia provisória no emprego do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, de 2020, aplica-se apenas em caso de dispensa unilateral do empregador — ou seja, não se aplica se os termos do desligamento forem estabelecidos em comum acordo com os empregados e homologados pelo Judiciário.

[Trabalhadora adepta à umbanda deve ser indenizada por intolerância religiosa](#)

Consultor Jurídico - 27/01/2025

A 3ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP) condenou uma confecção a indenizar por danos morais trabalhadora vítima de intolerância religiosa. A profissional relatou que constantemente era alvo de chacotas e incitações para que “se adequasse” às convicções religiosas da superiora hierárquica. De acordo com os autos, as ofensas começaram quando ela informou à empresa que seria batizada na umbanda.

[A justa causa durante férias de final de ano](#)

Consultor Jurídico - 27/01/2025

É comum que empresas de setores da economia nacional concedam aos empregados, nos períodos de dezembro e janeiro, férias coletivas e individuais. Durante as férias, é importante que os trabalhadores tenham em mente que, apesar de não estarem prestando serviços, as obrigações legais e aquelas previstas no contrato de trabalho continuam válidas e vigentes. Ou seja, embora não estejam trabalhando, os empregados devem observar cláusulas contratuais, políticas internas e certas previsões contidas na legislação trabalhista, sob pena de poderem ser desligados por justa causa.

[STF, STJ e TST retomam atividades com julgamentos de grande impacto](#)

Migalhas - 02/02/2025

Após o recesso de fim de ano, o STF, o STJ e o TST retomam suas atividades com agenda carregada de julgamentos que devem influenciar a vida dos cidadãos, das empresas e das instituições públicas. A abertura oficial do ano judiciário ocorre no dia 3, com as tradicionais sessões solenes, marcando o reinício das atividades das Cortes.

[Empresa é condenada a cumprir cota de PcD e pagar multa de R\\$ 500 mi](#)

Migalhas - 30/01/2025

Empresa de segurança e vigilância deve cumprir cotas progressivas para a contratação de reabilitados e pessoas com deficiência, conforme o número total de empregados. A 17ª turma do TRT da 2ª região reformou sentença após concluir que o Judiciário não pode modificar a lei sem fundamentação em eventual inconstitucionalidade. Além disso, reduziu a indenização por danos morais coletivos de R\$ 3 milhões para R\$ 500 mil.

[TRT-4 condena empresa por demitir empregada que ajuizou ação trabalhista](#)

Migalhas - 29/01/2025

A 6ª turma do TRT da 4ª região condenou empresa a indenizar negociadora dispensada após ter ingressado com uma ação trabalhista. O colegiado considerou a demissão discriminatória, com base na lei 9.029/95, e determinou o pagamento de R\$ 10 mil por danos morais, além da remuneração em dobro do período entre o afastamento e a data da sentença.

[Especialista explica como combater o trabalho escravo no Brasil](#)

Migalhas - 28/01/2025

Nesta terça-feira, 28, é celebrado o “Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo”. A data, criada em referência a um episódio ocorrido em 2004, quando três auditores fiscais do trabalho e um motorista foram assassinados quando averiguavam denúncias de trabalho escravo em fazendas de Unaí, é um momento fundamental para a reflexão sobre a luta contra esta prática condenável de jornadas exaustivas e restrição à liberdade.

[TST valida norma coletiva e reafirma prevalência do negociado sobre legislado](#)

Migalhas - 27/01/2025

A 4ª turma do TST rejeitou, por unanimidade, recurso de ex-funcionária do banco BV que buscava integrar ao salário valores pagos em programa próprio de participação nos resultados. O colegiado confirmou o entendimento do TRT da 2ª região de que a norma coletiva em questão, ao dispor sobre o programa de resultados, está alinhada à tese do Tema 1.046 do STF, atendendo aos parâmetros do precedente vinculante da Suprema Corte.

[Reclamações trabalhistas no STF em 2024 aumentam 65% e já é a área que mais demanda](#)

JOTA - 29/01/2025

O número de reclamações contra decisões da Justiça do Trabalho recebidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) aumentou pelo terceiro ano consecutivo em 2024. Foram 4.274 ações do tipo no ano passado, um crescimento de 65% em relação a 2023 (com 2.594 reclamações). Elas representaram 42% do total recebido pelo Supremo no período e, pela primeira vez, ultrapassaram as processuais civis.

[Enquanto 30% dos trabalhadores no Brasil sofrem de burnout, algumas pessoas entram em estado de flow ao exercer suas atividades](#)

Revista Proteção - 29/01/2025

A Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt) aponta que cerca de 30% dos trabalhadores brasileiros sofrem de burnout, que é uma doença ocupacional, classificada pela OMS – Organização Mundial de Saúde, causada pelo ambiente de trabalho. Os sintomas são semelhantes aos da ansiedade e da depressão, como esgotamento de energia e distanciamento de amigos e familiares.

[Trabalhador que perdeu mão em acidente deve receber indenização, decide 3ª Turma](#)

Revista Proteção - 29/01/2025

Um trabalhador agropecuário que perdeu mão em acidente ao tratar de um terneiro deverá ser indenizado por danos morais, estéticos e materiais. A decisão foi tomada pela 3ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS), que reconheceu a responsabilidade da empresa pelo acidente de trabalho.

[Informalidade é maior responsável por acidentes](#)

Revista Proteção - 29/01/2025

Janeiro nem terminou e já registrou pelo menos quatro acidentes de trabalho de grande vulto, dois deles com vítimas fatais. Foram a óbito, em pleno exercício da função laboral, um trabalhador em uma obra de recapeamento na Avenida Durval

de Goés Monteiro e um trabalhador cujo trator caiu por cima dele no município de Rio Largo. Entre os acidentes com vítimas não fatais, um trabalhador, a serviço da Braskem, foi soterrado, no Mutange. Outro trabalhador foi atropelado por uma máquina empilhadeira.

[Ministério da Saúde realizará, em abril, o 1º Encontro Nacional de Saúde dos Resgatados e das Resgatadas da Escravização](#)

Revista Proteção - 28/01/2025

O Ministério da Saúde realizará, nos dias 28 e 29 de abril, o 1º Encontro Nacional de Saúde dos Resgatados e das Resgatadas da Escravização. O evento será realizado em Brasília e fará parte da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT), que tem como tema “A Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano”.

[Mais de 8 mil deixam o trabalho por problemas de saúde mental no ES](#)

Revista Proteção - 27/01/2025

A cada ano, um número crescente de trabalhadores está sendo forçado a se afastar de suas atividades profissionais devido a transtornos mentais. A pressão constante por resultados, jornadas exaustivas e ambientes de trabalho estressantes têm levado a uma crescente exaustão emocional e física, afetando a saúde mental de milhares de pessoas.

[CBIC discute parceria com MDS para capacitação de mão de obra na construção civil](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 31/01/2025

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, e o vice-presidente da área de Política e Relações Trabalhistas da entidade, Ricardo Michelon, se reuniram, nesta quinta-feira (30), com o secretário de Inclusão Socioeconômica do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Luis Carlos Everton, para discutir soluções para a falta de mão de obra no setor da construção civil.

[FAP e a Segurança do Trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/01/2025

O conhecimento sobre o que é o FAP – Fator Acidentário de Prevenção, faz muita diferença para a gestão da empresa, inclusive no aspecto econômico. O FAP varia anualmente e o índice é calculado sobre os dois últimos anos de todo o histórico de acidentalidade e de registros acidentários da Previdência Social. Quando publicado, é aberta uma janela de prazo para contestações. O FAP é aplicado sobre o Seguro de Acidente do Trabalho (SAT) e tem impacto direto na folha de pagamento das empresas, já que o índice multiplicador varia de 0,5 a 2. Quando uma empresa apresenta um histórico positivo de Segurança e Saúde do Trabalho, o FAP é reduzido e o valor pago do Seguro (SAT) também. Quando o histórico da empresa registra ocorrências de acidentes e afastamentos, o valor é majorado, podendo levar ao pagamento do valor equivalente ao dobro do Seguro (SAT).

[CBIC e Ministério do Trabalho discutem impactos da alienação do FGTS na habitação e reforço da capacitação profissional](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 29/01/2025

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia, reuniu-se na manhã desta quinta-feira (30), em Brasília, com o ministro do Trabalho e Emprego, Luíz Marinho, para discutir a capacitação de mão de obra e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O encontro também contou com a presença dos secretários executivo do Ministério, Francisco Macena, e de Proteção ao Trabalhador, Carlos Augusto Simões Gonçalves; e do vice-presidente de Habitação de Interesse Social da CBIC, Clausens Duarte. Na pauta, a discussão sobre os impactos do saque aniversário e sua antecipação. Os representantes do setor da construção alertaram para os riscos dessa modalidade, que pode comprometer a capacidade do trabalhador de utilizar o fundo para a aquisição da casa própria.

[A agenda trabalhista de 2025: o que esperar e como as empresas podem se preparar](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 27/01/2025

A chegada de 2025 traz uma série de mudanças no cenário trabalhista que prometem impactar profundamente as relações de trabalho no Brasil. Novas propostas

legislativas, alterações em normas regulamentadoras e debates sobre temas emergentes, como saúde do trabalhador e inclusão, colocam as empresas em posição de adaptação contínua. Essas mudanças, que abrangem desde novas regras para flexibilização de jornadas até a expansão de benefícios obrigatórios e maior atenção à saúde mental no ambiente de trabalho, exigem que empregadores estejam atentos para mitigar riscos e, ao mesmo tempo, encontrar oportunidades estratégicas. Mas, diante de um cenário tão dinâmico, como as empresas podem se preparar para essas mudanças e garantir conformidade?

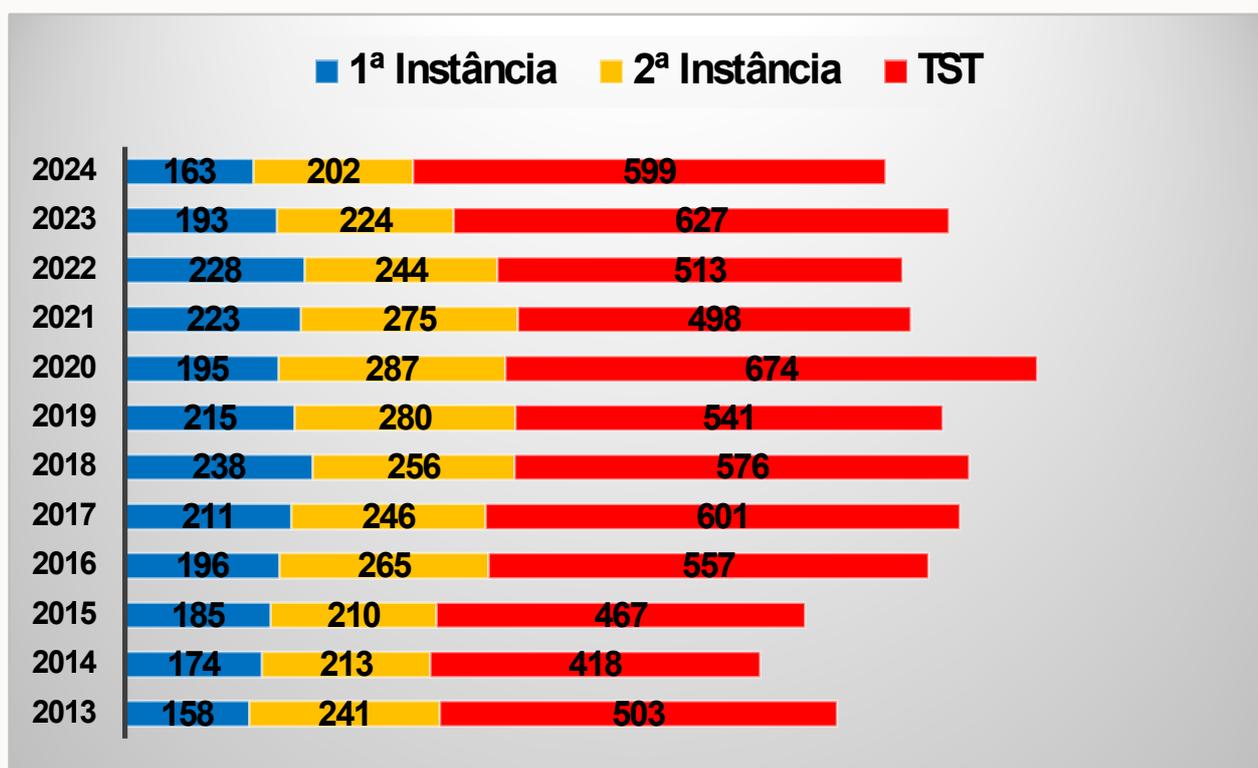
Atos Normativos

[PORTARIA DIRBEN/INSS N° 1.260, DE 27 DE JANEIRO DE 2025](#) (DOU de 29/01/2025 Seção I Pág 87) - Altera a Portaria DIRBEN/INSS n° 1.249, de 26 de dezembro de 2024, que estabelece a rotina operacional para reavaliação dos benefícios de prestação continuada da assistência social - BPC por motivo de superação de renda, a ser aplicada no âmbito do INSS.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos do TST

Série histórica de tempo médio de tramitação (dias) de processos na Justiça do Trabalho até o ano de 2024 (jan-dez):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula